

A. I. Nº - 128858.0031/14-6
AUTUADO - ALBERTO GODINHO CRUZ JÚNIOR
AUTUANTES - MARIA DE JESUS SANTOS NOVAES
ORIGEM - INFAZ EUNÁPOLIS
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 20.12.2016

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0240-04/16

EMENTA: ITD. DOAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Apesar de ser devido o Imposto Sobre Transmissão de “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITD) na transmissão “*causa mortis*” e na doação, a qualquer título, de propriedade ou domínio útil de bem imóvel por natureza ou acessão física de direitos reais sobre imóveis e de bens móveis, direitos, títulos e créditos, no caso destes autos, restou comprovado não se tratar de doação e, sim, de doação *inter vivos* e aquisições de imóveis, situação esta acolhida e confirmada pela própria autuante. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em referência foi expedido em 07/12/2014 para reclamar crédito tributário no valor de R\$5.002,24 em razão da “*falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ITD incidente sobre doação de créditos*”.

Em 11/02/2015, o autuado, ingressou com “Requerimento de Justificação Administrativa”, fls. 12 a 15, com base no Art. 48 do RPAF/BA, pontuando os seguintes fatos:

1 – Esclarece que a DIRPF do ano de 2009 foi feita de modo incorreto, pois nenhum dos imóveis nela indicados foi adquirido por herança e sim, por doação *inter vivos* ou por compra e venda, havendo reserva de usufruto em todos os casos, sendo doador e usufrutuário o seu genitor, falecido em 06 de setembro de 2009.

2 – Que é o legítimo proprietário dos imóveis que indica, adquiridos por doação *inter vivos*, feitas por seu genitor, cujos impostos foram pagos na época das respectivas doações, conforme comprovam os documentos que anexou aos autos, inclusive cópia dos DAE de pagamento.

3 – Que em relação ao prédio localizado na Rua Aventino Souza Dutra, apesar de não possuir o DAE, pode-se verificar na cópia da Escritura de Compra e Venda que o mesmo foi pago, conforme registro efetuado pelo Tabelião na referida escritura.

Conclui afirmando que o imposto exigido não é devido.

A autuante, juntamente com o supervisor da Infaz em Eunápolis, prestaram informação fiscal, fl. 29, nos seguintes termos: “*Da análise do processo, verifica-se que de fato o tributo foi recolhido conforme documentos acostados ao processo às fls. 16 e 17. Isto posto, considerando que a argumentação e a documentação acostada são convincentes, opino pela improcedência do Auto de Infração em questão, a fim de que seja aplicada a Justiça e o Direito Tributário*”.

VOTO

Inicialmente observo que não consta dos autos qualquer documento que sirva de embasamento para o presente lançamento. O valor de R\$250.112,00 atribuído a título de base de cálculo, não se vislumbra foi colhido, o que demonstra total insegurança no lançamento. Isto, sem dúvida,

implicaria em nulidade do Auto de Infração. Entretanto, considerando, considerando a regra constante no Parágrafo único, Art. 155 do RPAF/BA, passo ao exame do mérito da autuação.

O autuado declarou que houve erro no preenchimento da sua declaração de rendimentos, ano de 2009, e que nenhum dos imóveis adquirido se deu através de herança e, sim, por doação *inter vivos* e/ou compra e venda, cujos imposto foram regularmente recolhidos.

De fato, os elementos trazidos aos autos pelo autuado, comprovam que os bens ali indicados se referem a aquisições de imóveis, cujos impostos de transmissão *inter vivos*, referentes a estas aquisições, foram regularmente pagos, de acordo com os DAE anexos.

Diante disto, e considerando que não restou configurado nestes autos a existência de doação de créditos, conforme a acusação, e, também, com fulcro no pronunciamento da autuante, voto pela Improcedência do presente Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **128858.0031/14-6** lavrado contra **ALBERTO GODINHO CRUZ JÚNIOR**.

Sala das Sessões do CONSEF, em 13 de dezembro de 2016

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE / RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA

VALTÉRCIO SERPA JÚNIOR - JULGADOR